

<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PUBLICAÇÃO</b>
<b>Resolução 40/33 de 29/nov/1985</b>	Regras de Beijing Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores	29/11/1985
<b>Artigo 227 Constituição Federal</b>	dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão	1988
<b>Lei 8.069 de 13/jun/1990</b>	Estatuto da criança e do Adolescente (ECA)	DOU 16/07/1990 e retificado em 27/09/1990
	Conferência do Cairo Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento	05 a 13/09/1994
	Convenção de Belém do Pará Convenção Interamericana para prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher	09/06/1994
<b>Lei 8.842 de 04/jan/1994</b>	Dispões sobre a política nacional do idoso, cria o conselho nacional do idoso e dá outras providências	
<b>Decreto 1.973 de 01/ago/1996</b>	Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994	DOU 01/08/1996
<b>Decreto 19.621 de 24/set/1998</b>	Institui Programa de redes Interinstitucionais Regionalizadas do Distrito Federal e dá outras providencias	DODF 25/09/1998
<b>Portaria 737 de 16/mai/2001</b>	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências	DOU 18/05/2001
<b>Portaria 1.968 de 25/out/2001</b>	Dispõe sobre a comunicação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde	DOU 26/10/2001
<b>Lei 10.741 de 01/out/2003</b>	Estatuto do Idoso	DOU 03/10/2003
<b>Lei 10.778 de 24/nov/2003</b>	Institui a Notificação Compulsória de violência contra a mulher e aprova o instrumento e o fluxo para a notificação	DOU 25/11/2003

<b>Portaria 936 de 19/mai/2004</b>	Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios.	DOU 20/05/2004
<b>Decreto Lei 5.099 de 03/jun/2004</b>	Regulamenta a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, e institui os serviços de referência sentinela.	DOU 04/06/2004
<b>Portaria 2.406 de 05/nov/2004</b>	Instituir serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher	DOU 08/11/2004
Portaria nº 1.508/GM/MS 1º de setembro de 2005	dispõe sobre o procedimento de justificação e a autorização da interrupção da gravidez nos casos previstos em lei no âmbito do SUS	
<b>Portaria 687 de 30/mar/2006</b>	Aprova a Política de Promoção da Saúde	DOU 31/03/2006
<b>Portaria 1.356 de 23/jun/2006</b>	Institui incentivo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)	DOU 26/06/2006
<b>Lei 11.340 de 07/ago/2006</b>	Lei Maria da Penha Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	DOU 08/08/2006
<b>Portaria 1.384 de 12/jun/2007</b>	Institui incentivo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde.	DOU 13/06/2007
<b>Lei 11.489 de 20/dez/2007</b>	Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres	DOU de 21.6.2007

<b>Lei 12.015 de 07/ago/2009</b>	Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.	DOU 10/08/2009
<b>Portaria 2.472 de 31/ago/2010</b>	Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelecer fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde.	
<b>Lei 12461 de 26/jul/2011</b>	Notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde	DOU 27/07/2011
<b>Lei 4.730 de 28/dez/2011</b>	Cria a Notificação Compulsória de Violência contra Criança ou Adolescente e dá outras providências.	DODF 29/12/2011
<b>Lei 12.650 de 17/mai/2012</b>	Lei Joana Maranhão Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.	DOU 18/05/2012
<b>Portaria 141 de 17/jul/2012</b>	Instituir o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violências (PAV) no organograma da Regional de Saúde, subordinado diretamente ao Coordenador Geral de Saúde e define suas atribuições	DODF 19/07/2012
<b>Decreto 7.958 de 13/mar/2013</b>	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.	DOU 14/03/2013

<b>Portaria 528 de 01/Abr/2013</b>	Define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	DOU 02/04/2013
<b>Decreto 34.301 de 22/abr/2013</b>	Cria o Comitê de Proteção da Criança e do Adolescente para Grandes Eventos no âmbito do Distrito Federal	DODF 23/04/2013
<b>Lei 12.845 de 01/ago/2013</b>	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	DOU 02/08/2013
<b>Decreto 35.268 de 27/mar/2014</b>	Aprova o I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, institui Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.	DODF 28/03/2014
<b>Portaria 485 de 01/abr/2014</b>	Redefine o funcionamento do Serviço às Pessoas em Situação no âmbito do SUS	DOU 02/04/2014
<b>Portaria 1.271 de 06/jun/2014</b>	Lista nacional de Notificação Compulsória de Doenças, agravos e eventos de saúde pública	DOU 09/06/2014
<b>Lei 13.010 de 26/jun/2014</b>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	DOU 27/06.2014 e retificado em 03/07/2014
<b>Portaria 618 de 18/jul/2014</b>	Altera a tabela de serviços especializados do SCNES	DOU 22/07/2014
<b>Portaria 2.415 de 07/nov/2014</b>	Definição do BPA para o código 165	DOU 10/11/2014
<b>Decreto 35.991 de 11/nov/2014</b>	Altera o I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, aprovado pelo Decreto nº 35.268, de 27 de março de 2014, e dá outras providências.	DODF 12/11/2014
<b>Portaria 2.446 de 11/nov/2014</b>	Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)	DOU 13/11/2014
<b>Decreto 36.178 de 23/dez/2014</b>	Institui, no âmbito do Poder Executivo, a Política Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Plano Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.	DODF 24/12/2014
<b>Portaria Interministerial 1 de 06/fev/2015</b>	Institui a Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais (CIEV-LGBT)	DOU 10/02/2015

<b>Lei 13.104 de 09/mar/2015</b>	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos	DOU 10/03/2015
<b>Portaria Interministerial 288 de 25/mar/2015</b>	Estabelece orientações para a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios.	DOU 26/03/2015
<b>Portaria 1.662 de 02/out/2015</b>	Define critérios para habilitação para realização de Coleta de Vestígios de Violência Sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), inclui habilitação no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e cria procedimento específico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS.	DOU 6/10/2015
<b>Lei 13.185 de 06/nov/2015</b>	Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).	DOU 9/11/15